

1 gias aos governadores, especificamente Mato Grosso. Tais documentos
2 serviram de *corpus* para nosso estudo.

3 Tivemos, então, como objetivo observar, a partir do contexto his-
4 tórico, o uso das construções gerundivas adverbiais e relacioná-las aos
5 valores semânticos nas gramáticas do português contemporâneo.

6 Segundo Segismundo Spina (1977, p. 75), a filologia¹ se concen-
7 tra no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo pa-
8 ra ser publicado. Os estudos dos textos antigos são de suma importância
9 tanto para os filólogos, bem como para pesquisadores e estudiosos de ou-
10 tras áreas, como a história, a linguística, a literatura, a gramática, a geo-
11 grafia, a arqueologia, dentre outras.

12 Foram coletados documentos manuscritos pertencentes ao Arqui-
13 vo Público do Estado de Mato Grosso – APMT, encontrados no *Livro de*
14 *Registros das Instruções Reais aos Governadores da Capitania de Mato*
15 *Grosso*, estante 03, livro C, tendo como primeiro registro o ano
16 19/01/1749 e o último registro 24/12/1772. Tais manuscritos foram sub-
17 metidos às transcrições por meio das edições fac-similar e semidiplomá-
18 tica. Cambraia (2005, p. 91) explicita que a edição fac-similar “baseia-se,
19 em princípio no grau zero de mediação”, pois sua reprodução foi feita
20 por meio mecânico, as fotografias ou escaneamentos por exemplo, e im-
21 pressos em computador. Já a segunda, a semidiplomática ou paleográfi-
22 ca, ocorre um grau médio de intervenção do estabelecimento do texto,
23 com toda a atenção e cuidado necessários, opera-se “como desenvolvi-
24 mento de sinais abreviativos, inserção ou supressão de elementos por
25 conjectura, dentre outras” (CAMBRAIA, 2005, p. 95-96). Visando, por-
26 tanto, o acesso facilitado ao público leigo e especializado.

27 Ao analisarmos o contexto histórico dos manuscritos, percebemos
28 que a intenção do autor do texto era emitir ordens e instruções de caráter
29 administrativo aos governadores da capitania. Esse tipo de instrução in-
30 duziu a se observar que tipos de construções linguísticas poderiam pre-
31 dominar nesse tipo de texto. Como estávamos inseridos em um estudo
32 voltado às construções com o gerúndio, atentamos nosso olhar para a

¹ Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (2009, p. 224), por sua vez, define a filologia em duas direções, uma *lato sensu* e outra *stricto sensu*. A primeira é o estudo da língua em sua plenitude, linguístico, literário, crítico textual, sócio-histórico no tempo e no espaço, tendo como objeto o texto escrito literário e não-literário, manuscrito e impresso. Já a segunda se concentra no texto escrito, primordialmente literário, antigo e moderno, manuscrito e impresso, para estabelecê-lo, fixá-lo e restituí-lo a sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado.

1 predominância ou não desta construção. Por se tratar de textos escritos
2 por portugueses, não imaginávamos que seria produtiva na escrita da
3 época o uso da construção com o gerúndio. Tamanha foi nossa surpresa
4 ao nos depararmos com um número significativo destas construções ge-
5 rundivas com valor adverbial, principalmente por se tratar de textos do
6 século XVIII.

7 Este trabalho insere-se nos projetos *Estudo do Português em manus-*
8 *critos em Mato Grosso a partir do século XVIII e Para a História do*
9 *Português Brasileiro-Mato Grosso – PHPB-MT.*

10

11 **2. Contexto histórico na perspectiva dos manuscritos**

12 No período colonial do Brasil, havia por parte dos colonizadores
13 portugueses vontade e incentivo para uma exploração mais ampla sobre o
14 território brasileiro, com o espírito de exploração e buscas por matérias
15 primas e obterem mão de obra indígena, os portugueses adentram-se para
16 o interior do país.

17 De acordo a literatura consultada (PERARO, 2001), a expansão
18 geográfica rumo à região central insere-se no quadro das pretensões geo-
19 políticas portuguesas, orientadas pelo alargamento e defesas das fronte-
20 ras.

21 A objetivação desses propósitos dá-se em meados do século
22 XVIII e emerge do debate luso-espanhol acerca dos limites das respecti-
23 vas áreas ultramarinas na América. As disposições dos tratados de Madri
24 e de Santo Ildefonso deslocaram o alvo dos planos expansionistas portu-
25 gueses para as fronteiras oeste e amazônicas, nem se querem contempla-
26 das pelo tratado de Utrecht.

27 A despeito disso a ação de mineradores, preadores e sertanistas,
28 por intermédio da descoberta do ouro e de seu poder catalisador imprimi-
29 ram marcas específicas na conquista e povoamento do sertão de Mato
30 Grosso a partir da segunda década daquele século. Entre os anos de 1718
31 e 1734, as descobertas auríferas na Baixada Cuiabana e a preservação
32 fronteiriça no vale do Guaporé lançaram as bases para posse e ocupação
33 da região mato-grossense. Contudo a preocupação efetiva com a fronteira
34 oeste consubstanciou-se na criação das capitânias de Mato Grosso e
35 Goiás, cunha a ambição lusa alavancada em uma área nevrálgica dos
36 domínios coloniais ibéricos da América. (PERARO, 2001, p. 25)

1 Nesse contexto, devido às descobertas de ouro e diamante, a Co-
2 roa Portuguesa nomeou autoridades, dentre muitos cargos os Governado-
3 res Capitães-Generais que passariam, então nomeados, a administrar as
4 Capitânicas do Estado do Brasil. Eram pessoas de confiança do Rei. Eram
5 pessoas consideradas de confiança: nobres, militares, possuidores de ha-
6 bilidades para o desenvolvimento das tarefas demandadas pelo processo
7 de povoamento, defesa, abastecimento, militarização e ampliação das ter-
8 ras pertencentes à Coroa Portuguesa.

9 De acordo a literatura consultada (PERARO, 2001), o aparato
10 administrativo, montado ao longo do século XVIII, visava responder às
11 ofensivas dos espanhóis e dos indígenas e justificava-se pela necessidade
12 de controle dos veios auríferos. Mesclavam-se as obrigações e deveres
13 entre os funcionários da fazenda, da justiça e dos assuntos religiosos. As
14 atribuições entre tais funcionários se estavam, teoricamente, definidas,
15 transmutavam e enredavam-se diante da complexidade do novo, emer-
16 gentes, do perigo, das ambições pessoais, enfim, das imposições do pró-
17 prio contexto geográfico e social.

18 Com certa preocupação em defesa de suas terras, a Coroa Portu-
19 guesa visava cuidados mais próximos; era preciso uma administração lo-
20 cal estabelecendo maior confiança.

21 O Acordo de 1750 garantia, pois, os territórios a Oeste que, pelo tratado
22 de Tordesilhas, pertenciam à Espanha desde 1494, sem que Portugal os acei-
23 tasse equivalentes à Colônia do Sacramento. A via diplomática foi coroada
24 com êxito, mas, a par dela não seria negligenciada a organização político-
25 administrativa com finalidade de auxiliar na legitimação da conquista. Foi
26 uma política de dupla face, voltada para dentro da colônia e para fora dela,
27 cuidadosamente construída no decorrer do tempo, mas sempre buscando a
28 concretização de objetivos em longo prazo definidos. (CANAVARROS, 2004,
29 p. 309)

30 Ainda conforme Otávio Canavarros (2004, p. 313), em 29 de ja-
31 neiro de 1748, o Conselho Ultramarino de Lisboa extinguiu a capitania
32 de São Paulo e criou fato importante nas negociações entre Portugal e
33 Espanha. Segue abaixo um trecho do documento oficializando a criação
34 da capitania de Mato Grosso.

35 Após a criação da capitania, foi designado o senhor Gomes Freire
36 de Andrade como governador interino, a partir de 9 de maio de 1748,
37 conforme Virgílio Corrêa Filho (CANAVARROS, 2004, p. 314). Poste-
38 riormente foram escolhidos D. Antônio Rolim de Moura, futuro conde de
39 Azambuja e vice-rei do Brasil, para Mato Grosso e D. Marcos de Noro-

1 nha, conde dos Arcos e governador de Pernambuco para a capitania de
2 Goiás.

3 Pelos documentos consultados, é possível perceber que Antônio
4 Rolim de Moura tinha extrema fidelidade para com a Coroa Portuguesa.
5 Segundo Maria Adenir Peraro (2001, p. 44), dotado de grandes atribui-
6 ções, reveladoras do poder que lhe era repassado, Rolim de Moura era
7 um daqueles donatários de inteira confiança da Coroa. Suas próprias pa-
8 lavras revelam o nível de fidelidade.

9 O meu fim e meu intento nesse lugar não são outros mais do queo serviço
10 de sua majestade e o bem commum dos povos que o dito senhor me encarre-
11 gou, e que de nenhum modo me pode servir de obséquo acção nenhuma irre-
12 gular e que haja de desagradar o mesmo Senhor e motivar-lhes a vossasmercês
13 em alguma ruína. (PERARO, 2001, p. 44)

14 A criação da capitania de Mato Grosso insere-se no âmbito das
15 medidas de caráter militar para impedir o avanço dos espanhóis sobre o
16 vale do Guaporé. Essas medidas diziam respeito à montagem de um apa-
17 rato administrativo e militar, estruturado a partir da segunda metade do
18 século XVIII.

19 Assim, ocorria a interferência da Coroa, com o auxílio do Conse-
20 lho Ultramarino, em todas essas esferas e se objetivava, de acordo com o
21 nível de fiscalização, o imposto sobre os colonos e sobre o próprio de-
22 sempenho e obediência desses colonos. Interferia por intermédio de seus
23 súditos, quando a fundação de fortes como o de Coimbra 1775, do prin-
24 cipe da Beira em 1776, e Casal Vasco, de presídios como o de Miranda
25 em 1797. Ela se fazia presente quando da partilha das datas de mineração
26 e cobrança do quinto do ouro, quando da nomeação dos ouvidores gerais
27 e de outros oficiais da Câmara Municipal para o exercício das tarefas
28 administrativas e judiciais; ainda quando do mandado de prisão dos sol-
29 dados fugitivos das bandeiras na caça aos índios e a criação de regimen-
30 tos de milícias. (PERARO, 2001, p. 45)

31

32 3. *As orações gerundivas adverbiais*

33 Buscamos, então, amparo em gramáticas modernas, especifica-
34 mente, Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (1984) e Evanildo Be-
35 chara (1999). Não coletamos dados, pois nosso objetivo foi apenas estu-
36 dar o *corpus* retirado dos manuscritos do século XVIII. Acreditamos que,
37 nas gramáticas modernas, encontraríamos descritas essas construções,

1 caso elas ainda estivessem presentes na língua portuguesa (tanto em Por-
2 tugal como no Brasil).

3 Segundo os gramáticos, as construções de gerúndio podem ocor-
4 rer em diversos contextos, nas orações denominadas reduzidas na tradi-
5 ção gramatical e em sequências, ou perífrases verbais. As orações subor-
6 dinadas reduzidas, assim como as desenvolvidas, podem ser *substantivas*,
7 *adjetivas* e *adverbiais*. Dentro desse universo, trabalhamos com especifici-
8 dade as orações gerundivas adverbiais, por se mostrarem bastante pro-
9 dutivas no *corpus* analisado.

10

11 **3.1. As orações adverbiais em Cunha e Cintra**

12 De acordo Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (1984), as
13 orações *gerundivas adverbiais*, apontam como função principal, a de
14 oração subordinada *temporal*, mas consideram que podem ter outros va-
15 lores, como o de *causa*, *concessão* ou *condição*. São avançados os se-
16 guintes exemplos, em que a gerundiva tem, respectivamente, valor tem-
17 poral.

18

19 *3.1.1. Valor temporal*

20 *Passando hoje pela porta do meu compadre José Amaro*, ele me
21 convidou para tomar conta da sua causa.

22

23 *3.1.2. Causal*

24 Presentindo que as suas intenções haviam sido adivinhadas, Ma-
25 cedo tentou minorar a situação.

26

27 *3.1.3. Concessivo*

28 Aqui mesmo, *ainda não sendo padre*, se quiser florear com outros
29 rapazes, e não souber há de queixar-se de você, Mana Glória.

30

31 *3.1.4. Condicional*

32 *Pensando bem*, tudo aquilo era muito estranho.

1

2

3.2. As orações adverbiais em Bechara

3

Para Evanildo Bechara (1999, p. 523), as orações adverbiais podem corresponder:

5

6

3.2.1. A uma oração causal:

7

“Vendo este os seus maltratados, mandou disparar algumas bombardas contra os espingardeiros”.

8

9

vendo = porque visse. (BECHARA, 1999, p. 523)

10

11

3.2.2. A uma oração consecutiva:

12

“Isto acedeu por tal modo os ânimos dos soldados, que sem mandado, nem ordem de peleja, deram no arraial do infante, rompendo-o por muitas partes”.

13

14

15

rompendo-o = e como consequência o romperam. (BECHARA 1999, p. 523)

16

17

18

3.2.3. A uma oração concessiva:

19

Tendo mais do que a imaginavam não socorreu os irmãos.

20

Tendo = embora tivesse. (BECHARA 1999, p. 523)

21

22

3.2.4. A uma oração condicional:

23

Tendo livres as mãos, poderia fugir do cativo

24

Tendo livre as mãos = tivesse livre as mãos. (BECHARA, 1999, p. 523)

25

26

27

3.3. A uma oração que denota modo, meio, instrumento:

28

a. “Um homem agigantado e de fera catadura saiu da choupana *murmurando sons mal articulados*”. [AH. 1 *apud* ED.2 parágrafo 316,b,1]

29

1 b. “E não os (destinos) podia realizar senão *ceifando cidades* em lugar de
2 farragios, e *enfeixando* com mão robusta povos”. (BECHARA, 1999, p.
3 523)

4

5 3.4. A uma oração temporal:

6 a. “El-rei, quando o mancebo o cumprimentou pela última vez, sorriu-se
7 e disse *voltando-se*: Por que vira o conde quase de luto a festa?”. [RS
8 *apud* FB. 5 205]

9 b. *voltando-se* = enquanto se voltava. (BECHARA, 1999, p. 524)

10 Evanildo Bechara (1999) faz ainda a seguinte observação,

11 O gerúndio pode aparecer precedido de preposição em quando indica
12 tempo, condição ou hipótese. Neste caso, o português moderno exige que o
13 verbo da oração principal denote acontecimento futuro ou ação que costuma
14 acontecer:

15 c. “Ninguém, desde que entrou, *em lhe chegando o turno*, se conseguira
16 evadir a saída”. [RB *apud* FB. 1, 126]

17 d. Em *lhe chegando o turno*= quando chegar o turno.

18 Paráfrase: i.e, ninguém que entrou conseguira sair antes que *lhe*
19 *chegue* o turno. (BECHARA, 1999, p. 524)

20 e. “Em Vieira morava o gênio: em Bernardes o amor, que, *em sendo ver-*
21 *dadeiro*, e também gênio”. [AC *apud* FB. 1, 186]. (BECHARA, 1999, p.
22 524)

23 Evanildo Bechara faz notar que nessa passagem, o gerúndio ex-
24 prime *condição* ou *hipótese*, e o verbo da oração *que é também gênio*
25 (subordinante da condicional) denota um acontecimento que costuma
26 ocorrer.

27 Como se pode notar, o valor semântico do gerúndio nas gramáti-
28 cas de Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (1982) e de Evanildo
29 Bechara (1999) foram de certo modo resgatados do latim, pois no perí-
30 do anterior já se classificavam valores como: *condição*, *modo*, *tempo*,
31 *causa*, *finalidade*, *tempo* com as exceções de valores de *matéria e exclu-*
32 *são*.

33 Esses valores serão retomados na análise dos dados. Porém, antes
34 de adentrarmos na análise propriamente dita, faz-se necessário descrever

1 os dados, a fim de que o leitor perceba como foi feita a reconstituição dos
2 textos do século XVIII.

3

4 **4. Análise das construções**

5 Durante a leitura dos textos manuscritos, pudemos perceber o uso
6 produtivo de gerúndio, o que nos chamou atenção para trabalharmos com
7 essas construções, lembrando que os tais documentos eram instruções ré-
8 gias de Portugal enviadas para o Brasil.

9 Tratamos, então, do português europeu, já que tais textos eram or-
10 dens da Coroa Portuguesa. Usamos, para nossa análise, as nomenclaturas
11 das gramáticas da língua portuguesa analisando semanticamente as cons-
12 truções gerundivas.

13 Amparamo-nos na nomenclatura já utilizada em algumas constru-
14 ções do latim, uma vez que são nomenclaturas que permaneceram nas
15 gramáticas da língua portuguesa. Assim, análise semântica será feita am-
16 parada nas gramáticas de Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra
17 (1984) e de Evanildo Bechara (1999) e também a partir de estudos lati-
18 nos.

19 Após as definições dos valores acima, passemos a analisar os
20 valores semânticos encontrados nos excertos dos manuscritos em estudo,
21 Códice C-3 estante – 01 do APMT, conforme os dados abaixo: "(...)*tiça*,
22 **havendo** de Sua parte ommissão no exercício de²/Seus Cargos e despachos
23 das partes, lheoadvertiráo Governados mesmos Regimentos (...)"
24 (Ms1, 17r, 1149-1150)³

25 Nesse caso, o valor condicional se dá porque “somente se houver
26 de sua parte ommissão no exercício de seus cargos e despachos da parte” é
27 que o governo que advertirá dos mesmos regimentos. O evento descrito
28 na oração adverbial condicional representa uma hipótese para o evento da
29 oração matriz. "(...)*e Vagando*Sargento mor do terço Servirá o Capi-
30 taôma/ is antigo com o mesmo posto deCapitaõ, e **vagando**Capitaês/ da
31 Infantariagovernarão os Seus Alferes (...)" (Ms1, 18v, 1229-1231)

32 O gerúndio condicional se dá pelo fato que “nas condições das au-
33 toridades vagarem, outras poderiam tomar posse do cargo”. "(...) *Salvo*

² A barra vertical significa mudança de linha.

³ Lê-se: (Ms1, 17r, 1149-1150) Manuscrito 1, fôlio 17 *recto*, linhas n. 1149 a 1150).

1 for em acto de guerra por que **Sucedendo**|Criará os que forem necessa-
2 rio, (...)". (Ms1, 19r, 1260-1261)

3 Neste caso, “se houver sucesso, criará o que forem necessários”,
4 ou seja, somente na condição do “sucesso” que ocorrerá o que está des-
5 crito posteriormente. "(...) *acabada aocaziaõ os –| disporá,eReformará*
6 *de modo que naõvençaõpaga,|Nem hajaõ Soldo Sem minha especial Li-*
7 *cença, efa| zendo*Contrario o que dellenaõ espero *SeLhedará| em culpa*
8 (...)". (Ms1, 19r, 1261-1265)

9 Neste caso, somente “se se fizer ao contrário é que lhe dará em
10 culpa”. Assim, o valor condicional se faz presente, pois “necessita de se
11 fazer ao contrário” para que se dê a culpa. "(...) *Sefor pessoa de muita*
12 *qualidade essa con-| corra virtude,animo, eprudencia, Sepoderá admi-*
13 *tir|emSerconsultadoemCapitamhavendo*Servidona*Guer| ra Seis annosaf-*
14 *fectivos,ou ao menos Cinco (...)*". (Ms1,19r, 1282-1285)

15 Ocorre o gerúndio condicional, pois para que fosse “consultado,
16 colocado no posto de capitão, era preciso de tais condições como: ter vir-
17 tude, ânimo, prudência, e ter servido seis ou cinco anos na guerra”. "(...)
18 *assim o cumpra e faça inteiramente cumprir, eguar-| dar por que fazen-*
19 *do o contrarionaõ Receberei escuza| alguma, e lhes estranharei (...)*".
20 (Ms 1, 20v, 1363-1365)

21 Neste trecho, também se tem o valor condicional, pois “se fizer ao
22 contrário, não se receberá escuza alguma” "(...)**cumprindo** Governador/
23 *deSua parte com aobrigaçãõ disposta neste Capitulo| procurará Saber*
24 *Se ofazem os Ecclesiasticosnade| SeosOfficios(...)*". (Ms 1, 20v, 1373-
25 1376)

26 O valor condicional está explícito, pois “Para saber o que faz os
27 eclesiásticos, o governador precisa estar cumprindo com sua obrigação”.

28 (...)E **acontecendo** que os *DezembargadoresdaRel| laçaõdoEstado, ou outros*
29 *juulgadores e pessoas que| temobrigaçãõ deadministarIusticiatenhaõalgũ| dis-*
30 *cuído| (...)* descuido por que mereçaõreprehençaõ do Governador| hei por
31 *bem os admoeste, e naõ*Se emendendo,efaltando|

32 *aSuaobrigaçãõ e despachos das partes lhe mandarã por| ponto emSeos orde-*
33 *nados, e quando Sejaõcomprendi| dos em alguns delictos graves mandarã*
34 *proceder con| tra os taes (...)*. (Ms 1, 21v-21r , 1393-1396 e 1398-1404)

35 O gerúndio condicional se dá pelo fato de que “se acontecer al-
36 gum descuido por parte das autoridades o governador iria advertir-los”. E
37 ainda se permanecerem nas mesmas condições “não se emendendo, fal-
38 tando com suas obrigações”, o governador procederá contra os mesmos.

1 (...)*eSendonecessario a aconselhar-se, ouSaber*| gumacouza dos Ministros
2 *daRellação, ou outros-|julgadores, ouMinistrosde*minha Fazenda de qual
3 *quer qualidade queSejaõ os poderá mandar chamar| aSuaCaza (...).* (Ms 1,
4 21r, 1412-1416)

5 Se for necessário “aconselhar ou saber de algo dos ministros da
6 relação ou ministro de minha fazenda, poderá chamar em sua casa”. As-
7 sim, o evento da oração matriz “os poderá chamar a sua caza” só ocorre
8 mediante à condição de “ser necessário aconselhar-se ou saber alguma
9 coisa dos Ministros da Rellação”. “(...) *Officiaes que mando que admo-*
10 *este| eReprehenda Será em Cazo que lhes pareça que naõme|reçaõ Cas-*
11 *tigo, por que merecendo-o os Castigará Segun| doaquilidade das Suas*
12 *Culpas (...)*”. (Ms1, 21r, 1427-1430)

13 O sentido condicional pode ser observado no contexto, pois “os
14 oficiais que eram mandados que se advertisse, caberia observar se eles
15 mereciam castigos, pois dentro de tais condições é que eles seriam adver-
16 tidos”. Assim, “se eles merecerem castigo, seriam castigados segundo a
17 qualidade das suas culpas”.

18 (...)*As pessoas que deste Reino forem degradas para| esse Estado ordenará*
19 *oGovernador que tanto que a| elle chegarem Se lhes assente praça naquelas*
20 *partes |aonde lhes ordenar vaõ cumprir Seos degredos, naõle| vando partes*
21 *certas emSuas Sentenças, e queSejaõ| confrontados com Paiz, terras, Signaes,*
22 *eannos de de| gredo, posto haõ de vencer Soldo estandoemPre| zidio não po-*
23 *derão Ser occupadosempostos, ouOffícios| naformadaOdenação (...).* (Ms1,
24 21v, 1435-1443)

25 O gerúndio condicional se dá pelo fato de que “as pessoas que
26 fossem enviadas para esse estado, o governador lhe assentaria praça”.
27 Devido alguns estarem em presídios, não ocupariam os postos ou ofícios
28 de ordenação (ou seja, devido às condições de estarem em presídios).

29 (...)*os dit-| tosMamalucos que andarem auzentes, eque| não tiverem Culpas*
30 *graves, nem partes offen| dida, que oGovernador a alguma guerramandan-*
31 *do-lho(...)* **mandando-lho**, **ouprometendo-lho** *lhes possa| perdoar em meu*
32 *nome as Culpas que tiverem com| parecer dos Ministros daRellação. (...).*
33 (Ms1, 21v-22r, 1463-1467 e 1470-1472)

34 Para que os mamelucos fossem perdoados pelo governador ou en-
35 viados para guerra, era preciso de tais condições: “não terem culpas gra-
36 ves, partes ofendidas com o governo”. Assim, somente se não tivessem
37 culpas graves ou partes ofendidas com o governo, o governador os man-
38 daria para guerra ou prometeria perdoá-los. Fica claro o valor condicio-
39 nal nos dois verbos: *mandando-lhe* ou *prometendo-lho*.

1 (...) *mas **Sucedendo**/ que algum Navio de qualquer destas Nações Se derrote/*
2 *nesses Mares, e lhe Seja necessário tomar algum porto/daquella jurisdição, e*
3 *valer-se de algum fornicimento, ou ajuda, ordenação Governador que Se lhenão*
4 *falte/ comaboacorrespondencia (...).* (Ms 1, 22r, 1484-1489)

5 O gerúndio condicional se dá por meio das condições que “os na-
6 vios precisavam estar derrotados para que fossem socorridos. Se algum
7 navio fosse derrotado nos mares e precisasse de apoio, o governador teria
8 boa correspondência. Caso isso se sucedesse, i.e., dentro destas condi-
9 ções, o Governador os ajudaria”. “(...) *do que Se acrescentaar, ou dimi-*
10 *nuir para me Ser/prezente, enao **Setendo**a inda formado o tal Livro o*
11 *man/ dará executar como Se declara, e de o não executar me (ha)/ verei*
12 *por mal Servido delle (...)*”. (Ms 1, 23v, 1477-1480)

13 Ao olharmos para o contexto, percebemos que “em relação ao que
14 se acrescentaria ou diminuiria, deveria ser declarado em tal livro, pois, se
15 não estiver dentro dessas condições “não se ter indo formado o tal livro”,
16 será visto por mal servido.

17 (...) *51Heiporbem que em quanto o ditto Governador me/ Servir nesse Estado*
18 *possa Repartir em mercesdepeço/ as que meServiremnelteatê a quantia de*
19 *mil Cruza/ dos, e dos que fizer me inviará cada annohumarella/ çãõaSigna-*
20 *dapour elle, com declaração do Respeito porque/ afiztendo Concideraçãõaque-*
21 *Sejaõbenemeritos, e que/procedaõ da Sua parte Serviços (...).* (Ms1, 23v,
22 1482-1488)

23 Dentro do contexto, temos a seguinte interpretação: “Era pedido
24 que o Governador repassasse uma relação financeira sobre o que era di-
25 vidido entre pessoas que serviam o rei a cada ano assinada pelo governa-
26 dor. Assim, dentro dessas condições, teria por parte do Rei consideração
27 e recompensas. Desse modo, a oração condicional está presente em:
28 “Tendo consideração (...)”.

29 (...) *Terá particular de procurar de todos os Mestres/ dos Naviosqueforemde-*
30 *teReino a esseEstado Se Levaõ/ Ordês , ou Cartas minhas, ou despacho de*
31 *meoConselhoVltramarino/ porqueConste que as não havia, e não lheentre-*
32 *gando/huma, ou outra couza fará alguma demonstração para/ exemplo ao di-*
33 *ante em materia de tanta importan/ cia, emqueellesnaõ Recebem damno, ou*
34 *dilação. (...).* (Ms 1, 23v, 1497-1503)

35 O valor semântico condicional aparece no contexto, pois seria co-
36 brado de “*todos os mestres de navios que partissem do Reino para esse*
37 *estado, cartas ou despachos formulados pelo Conselho*” nas condições
38 de não entregar “*uma, ou outra couza*” seria feita alguma demonstração
39 para exemplos, para que não recebam “*danos, ou dilação*”.
40 “(...) *astaescouzas de qualidade que convenha/ ter-se Segredo praticadas*

1 com as ditas pessoas que melhor| lhe parecer, **Sendodiferentes** nos pa-
2 receres, Sefará e cum| prirá o que oGovernador Resolver (...)" (Ms 1,
3 24v, 1453-1456)

4 Convinha-se que as pessoas praticassem “couzas” de qualidade
5 que melhor lhe parecessem, se ocorresse em condições contrárias, i.e.,
6 “sendo diferentes nos parecez”, cumpriria o que o Governador resolvesse”.
7 A oração condicional em destaque demonstra-se uma hipótese para
8 que se cumprir o que o Governador resolvesse.

9 (...)
10 (...)
11 (...)
12 (...)
13 (...)
14 (...)
15 (...)
16 (...)
17 (...)
18 (...)
19 (...)

(...) *querem obrar de facto estabelecendo-se em alguãs| das margens deste Rio.Emqual quer parte, que|sesituemhẽ degravissimoprejuizo porque **fazendo-o** na margem Oriental interromp em anossa posse, e| abrem porta para onossoSertão (...).* (Ms1, 28v, 1720-1724)

13 A oração condicional “fazendo-o na margem Oriental” determina
14 o que pode ou não acontecer na matriz: a interrupção da posse e abertura
15 de porta para o sertão.

16 (...)
17 (...)
18 (...)
19 (...)

(...) *naõ haveria Lu-| gar, em que estivessem Seguras asnossasCanoas,| ees-
tandoas pedras descobertas hẽprecizo para| buscar o Canal, incostar muito a
outra banda , pe| lloqueforseficando-se os Castelhanos nella,|impediriaõ todo
o Serviço do dito posto pello Rio.(...).* (Ms 1, 28v, 1741-1746)

20 O valor condicional se dá pelo fato de que as pedras estariam des-
21 cobertas. Nas condições das pedras estarem descobertas, era preciso bus-
22 car o “Canal”.

23 (...)
24 (...)

(...) ***Havendo** do poder para estascou| zas Se fazerem hẽfacildefendellas com
razoens;| pois o Direito natural, que authorizaatodos|*

25 (...)
26 (...)

*paraSedefenderem , permite aVossaExcellencea atalhar| todas as despoziçoes
dos nossos vizinhos (...).* (Ms1, 28v, 1747-1751)

27 Caso houvesse do poder para estas “couzas”, seria fácil defendê-
28 las, pois o direito natural “authomiza” a todos para se defenderem. As-
29 sim, percebe-se o valor semântico de condição. “(...) **Continuando** as fu-
30 gas, parece me preci| zo Seguir o mesmo Caminho, e **permitindo-o** o=|
31 tempo, eascirconstancias, aproveitar esta occaziaõ| para queimar algu-
32 ma, ou algumas Aldeas (...)" (Ms 1, 29v, 1807-1810)

33 Nas condições das fugas continuarem isso permitiria seguir o
34 mesmo caminho e se tempo e as circunstâncias permitissem, aproveitaria
35 para colocar fogo nas aldeias. Por isso, temos dois valores condicionais,
36 expressos pelos verbos *continuando* e *permitindo*. “(...) **Setendoa** inda
37 formado o tal Livro o man|dará executar como Se declara, e de o naõ

1 *executar me (ha)/verei por mal Servido delle ,dando-selhe em Culpa em/*
2 *Sua Rezidencia.(...)"*. (Ms 1, 23v, 1478-1481)

3 Nesse caso, se tiver formado o tal livro, que se mandará executar.
4 O valor semântico está presente, pois somente na condição de “se tendo
5 ainda formado tal livro” que o evento da principal “o mandará executar
6 como se declara” poderá ocorrer.

7 *(...) e queSejaõ| confrontados com Paiz, terras, Signaes, eannos de de| gredo,*
8 *posto haõ de vencer Soldo **estando** emPre| zidio não poderaõ Ser occupado-*
9 *sempostos, ouOfficios| naformadaOdenaçãõ,epertendendo as taes pessoas| fez*
10 *de Officios, Se lhes(...)*. (Ms 1, 23v, 1439-1444)

11 O valor condicional se dá porque “se estiverem em presídios, não
12 poderão ser ocupados em postos ou ofícios. Recuperando o contexto, isso
13 significa que os presos não poderiam ocupar cargos. "(...) *assim o cum-*
14 *pra e faça inteiramente cumprir, eguar-| dar por que**fazendo**ocontrario*
15 *não Receberei escuza| alguma, e lhes estranharei (...)"*. (Ms1, 20v, 1363-
16 1365)

17 Posteriormente feitas às classificações das orações gerundivas ad-
18 verbiais, observando seu valor semântico, representamos tais ocorrências,
19 demonstrando, parcialmente, seu percentual simbólico em relação ao
20 *corpus*. Haja vista, faz parte de projeto de estudo em andamento. Desse
21 modo, dispomos o gráfico abaixo das ocorrências.

22 Após nossas análises, segue a ilustração apresentando número de
23 ocorrências das construções gerundivas encontradas durante a análise do
24 *corpus*.



25 **Ilustração parcial – Valores Semânticos das Construções Gerundivas Adverbiais:**
26 Ocorrências gerundivas adverbiais nos *corpora*, manuscritos do século XVIII.

1 De acordo com o gráfico podemos notar o valor expressivo de gerúndios *condicionais*, em seguida com *valor de modo* entre eles o gerúndio com valor de *tempo, causa, consequência e finalidade* apresentados em menor quantidade.

5 O primeiro valor, que é o condicional, com maior incidência, teve uma explicação bastante interessante ao observarmos o tipo de texto em que parece. Para tal, nos amparamos nas ideias de Susanne Reese (1991) que sugere que o gerúndio *condicional* pode aparecer em contextos ligados a atos de fala do tipo conselho, recomendação e advertência, nos quais os falantes conferem ao interlocutor a decisão a respeito de efetiva realização de um determinado ato e de suas possíveis consequências.

12 Na mesma linha de pensamento, José da Silva Simões (2007) afirma que o gerúndio condicional aparece em cartas de administração privada. Quanto ao gerúndio modal, não foram descritos exemplos, pois neste momento destacamos como resultado parcial do trabalho o gerúndio com maior ocorrência.

17 Uma vez que ocorrerem nas instruções ordens com fins econômicos, militares e nomeações de cargos, havia para tal um período de duração para que tais acontecimentos fossem executados, ou seja, a Coroa Portuguesa estipulava um prazo para que as ordens fossem obedecidas. Em virtude desse fator, encontram-se, nos exemplos mencionados, construções com gerúndio relacionadas ao valor temporal.

23 De maneira geral, o valor causal se explica por estar nele contido a razão dos fatos, e o consecutivo por indicar as consequências dos mesmos. Não obstante, os dados aqui encontrados com tais valores não são suficientes para nos aprofundarmos na explicação, tornam-se apenas representativos.

29 5. *Considerações finais*

30 Com os resultados parciais de nossas análises, pudemos notar o uso específico de gerúndios relacionados ao contexto por serem documentos instrucionais em que ocorre um número significativo de gerúndios *condicionais e modais*.

34 Como resultados de nossas análises, pudemos notar o uso específico de gerúndios relacionados ao contexto por serem documentos instrucionais em que ocorre um número significativo de gerúndios *condicio-*

1 *nais e modais*. O primeiro valor, que é o condicional, com maior incidên-
2 cia, teve uma explicação bastante interessante ao observamos o tipo de
3 texto em que parece. Para tal, nos amparamos nas ideias de Susanne Ree-
4 se (1991) que sugere que o gerúndio *condicional* pode aparecer em con-
5 textos ligados a atos de fala do tipo conselho, recomendação e advertên-
6 cia, nos quais os falantes conferem ao interlocutor a decisão a respeito de
7 efetiva realização de um determinado ato e de suas possíveis consequên-
8 cias. Na mesma linha de pensamento, José da Silva Simões (2007) afirma
9 que o gerúndio condicional aparece em cartas de administração privada.

10 Tais ideias vão ao encontro dos textos do século XVIII aqui anali-
11 sados, por terem esse caráter administrativo, indicando ordem, conselho,
12 advertência.

13 Quanto ao gerúndio modal, destacamos um bom número de ocor-
14 rências deste valor semântico. Tal ocorrência significativa tem relação
15 com o contexto: buscar obedecer às ordens, procurando agir de tais mo-
16 dos para obterem sucesso nas atribuições repassadas pelo poder adminis-
17 trativo aos governadores da capitania de Mato Grosso, como pudemos
18 demonstrar nos manuscritos aqui transcritos.

19 Por fim, ressaltamos aqui a importância dos estudos sobre as ocor-
20 rências gerundivas em textos do século XVIII para que possamos descri-
21 ver e compreender o uso real do português usado nos textos portugueses
22 e relacioná-los, futuramente, com os produzidos no Brasil.

23

24

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

25 BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e
26 ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

27 CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do por-
28 tuguês contemporâneo*. 8. ed. Lisboa: João Sá da Costa, 1991.

29 CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo:
30 Martins Fontes, 2005.

31 CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-
32 1752)*. Cuiabá: UFMT, 1984.

33 PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: família e sociedade em
34 Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001.

- 1 REESE, Susanne. *Gerundialkonstruktionen in Spanhischen: Ansatz zu*
2 *einer grammatisch-pragmatische Beschreibung*. Tübingen: Narr, 1991.
- 3 SIMÕES, José da Silva. *Sintaticização, discursivização e semanticização*
4 *das orações de gerúndio no português brasileiro*. 2007. Tese (Doutora-
5 do). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade
6 de São Paulo, São Paulo.
- 7 SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo:
8 Cultrix, 1997.